



ARTIGOS

**Violência escolar:**

Percepção das/os professoras/es da rede municipal de Lages

Mareli Eliane Graupe, *Universidade do Planalto Catarinense*

Mickhaela Stefenon Martinez, *Universidade do Planalto Catarinense*

Elisa Almeida, *Universidade do Planalto Catarinense*

Resumo. Este artigo tem como objetivo conhecer os principais tipos de violências escolares e identificar as ações de prevenção e enfrentamento dessas violências nas escolas municipais de Lages/SC. A violência escolar refere-se a atos de agressão física, verbal, psicológica ou moral que ocorrem no espaço escolar, envolvendo estudantes, professoras/es ou demais membras/os da comunidade escolar, comprometendo o desenvolvimento integral e o processo educativo. A metodologia da pesquisa possui uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro foi realizada uma revisão de literatura durante os anos de 2020 e 2021. Posteriormente, foi enviado um questionário para as/os professores/as das escolas municipais de Lages. Os dados foram interpretados de acordo com o método de análise de conteúdo qualitativo de Mayring (2002). Os resultados apontam que a violência física (bater, empurrar, jogar objetos) lidera a lista dos tipos de violências, e ocorre especialmente entre estudantes. Na sequência constam as violências moral e psicológica (humilhação, piadas, ameaças, palavrões). Foram identificadas algumas ações isoladas de prevenção (palestras, vídeos, distribuição de cartilhas) e a ausência de uma política ou programa de prevenção em âmbito municipal. As principais ações de enfrentamento foram: solicitar apoio da gestão, de policiais, conversar com familiares. Em síntese, é importante a construção de um programa municipal de prevenção e de enfrentamento das violências na rede escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Violência escolar. Ações de prevenção e enfrentamento. Professoras/es. Escola.



Introdução

A violência, como fenômeno macrossocial, possui incidências e enfrentamentos de modo particular, relacionados ao conjunto de conhecimentos científicos e políticas da sociedade em questão. Dentro de uma mesma sociedade, em âmbito microssocial, a violência também é nomeada com diferentes conceitos, formas e meios de manejo. “A violência é considerada parte da história, está na humanidade, sendo uma estratégia de sobrevivência, de preservação da vida [...]” (Abramovay, 2005, p. 63). Na sociedade atual, este ato é caracterizado por uma ruptura da integridade, sendo praticada por indivíduos com diferentes princípios das pessoas com quem convive.

A violência é representada de modo variado, abrangendo desde atos físicos e explícitos, como agressões e guerras, até formas mais sutis e estruturais, como desigualdades sociais, racismo, opressão de gênero e exploração econômica. Essa pluralidade de representações reflete a complexidade do fenômeno, que pode ser compreendido tanto como uma expressão individual e emocional quanto como uma manifestação coletiva enraizada em contextos culturais, históricos e políticos. Além disso, a violência é frequentemente “naturalizada” ou “romantizada” em determinadas narrativas, enquanto, em outros casos, é criticada e debatida como um obstáculo à convivência pacífica e ao desenvolvimento social.

Abramovay (2005, p. 47) destaca que “Além da multiplicidade de formas assumidas pela violência, existem, diferenças entre períodos históricos e culturas no que tange à compreensão sobre o tema”. Ou seja, a violência é um “conceito relativo, histórico e mutável”, e refere-se a práticas que se situam entre as diversas formas de sociabilidade em um determinado contexto sociocultural, estando, portanto, sujeita a alterações de significado.

A violência está presente na relação entre familiares, no trabalho, na escola, entre outros espaços. Com todas as situações existentes envolvendo violência, começa-se a pensar na pluralidade do termo e seus significados. Essa pluralidade é percebida ao tentar descrever o campo semântico da violência, encontrando uma amplitude crescente de significados. Com isso, se mostra necessário frisar que a violência está em constante ampliação de seu sentido, não necessariamente correspondendo a um aumento da violência como ato.



A violência é uma “palavra-valise”, pois “[...] através dela se processa uma homogeneização de diversos fenômenos, induzindo a uma simplificação quanto às suas possíveis causas.” (Rifiotis, 1998, p. 26). É possível entender que a violência abrange diversas áreas. “A violência é um ‘fantasma’, sem hora, nem lugar, que está no estranho da rua desconhecida, na noite escura. A violência é o caos, uma porta aberta para o caos; ela é a falta do limite, o imprevisível.” (Rifiotis, 1997, p. 10). Ela está presente no cotidiano, como por exemplo, “referimos-nos à violência no esporte, no trânsito, nas ruas, nas prisões, ou ainda com relação às precárias condições de vida, à fome, e, evidentemente, com relação à criminalidade”. Ainda segundo o autor, há outras formas de violências: “violência contra a mulher, contra a criança, contra a natureza, e a violência nos rituais de sacrifício, violência física, psicológica, simbólica, cognitiva [...]”. (Rifiotis, 1997, p. 9).

Como a violência está presente na sociedade de variadas formas e em diversos contextos, alguns profissionais da educação tendem a combater os atos violentos das/os estudantes com mais violência. Isso ocorre principalmente na forma de violência verbal, sendo que, muitas vezes, a/o agressor/a acredita que esses atos não possuam impacto sobre a vida das/os envolvidas/os. Deste modo, é necessário observar as atitudes violentas no ambiente escolar, sem se utilizar de mais violências, para que seja possível a construção de uma cultura da paz, de estratégias de mediação dos conflitos por meio do diálogo, da escuta respeitosa e da responsabilização coletiva no processo da efetivação de uma educação não violenta.

No âmbito social, a escola é um dos espaços de expressão das violências. Por outro lado, é um espaço marcante na vida dos sujeitos, que auxilia no desenvolvimento de sua ética como ser humano, cidadão que faz parte de uma sociedade.

Este artigo tem como objetivo conhecer os principais tipos de violências escolares e identificar as ações de prevenção e enfrentamento das violências nas escolas municipais de Lages/SC. Está organizado em cinco seções. A primeira é composta pela introdução e contemplou a discussão sobre o conceito de violência. A segunda seção intitulada “violência escolar” apresenta os principais conceitos utilizados nesta pesquisa sobre a violência nas instituições educacionais. Na terceira seção são descritos os procedimentos metodológicos utilizados durante a realização da pesquisa. A quarta seção contempla a apresentação e a



discussão dos dados de campo. A quinta e última seção é denominada de “Considerações finais”.

2 Violência escolar

A violência, por ser um fenômeno macrosocial e histórico, está presente na organização e dinâmica das sociedades. Esse fenômeno é expresso em diversos âmbitos, como trânsito, ambiente intradomiciliar, trabalho, bairros, ou, até mesmo, nas escolas. Segundo Abramovay (2002), pode-se classificar as violências em física, verbal, sexual, psicológica, contra o patrimônio, institucional e simbólica.

Nas escolas, a tendência é que as pessoas negras, de nível socioeconômico baixo, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência sofram os maiores atos de violência por serem desprivilegiados de certa forma, constituindo minorias sociais em alguns casos (Abramovay, 2012). Inclusive, formas de violência são apresentadas na internet e na mídia contra esse grupo de pessoas (Abramovay; Castro, 2005).

O ambiente escolar é fundamental para o desenvolvimento das/os jovens, sendo um espaço de socialização e formação humana. Entretanto, com a projeção acadêmica e midiática que esse assunto adquiriu nas últimas duas décadas, percebe-se que as escolas não são completamente seguras como idealmente deveriam ser.

Sabe-se que a tendência da sociedade, principalmente das/os jovens, é de se espelhar em pessoas importantes e influentes em sua vida. Com isso, as crianças e as/os adolescentes tendem a refletir, dentro do ambiente escolar, as atitudes de seus familiares, colegas e outros indivíduos (ídolos, influenciadores digitais). Ao mesmo tempo, essas/esses jovens aprendem nas escolas atitudes que espelham fora dela. Considera-se que algumas das atitudes aprendidas, seja na escola ou fora dela, sejam benéficas para a sociedade.

Miriam Abramovay (2019) na entrevista publicada pelas autoras Adriana de Lima Terçariol e Rosiley Teixeira (2019, p.7) aponta que:

Nós podemos analisar que existe uma violência que vem de fora para dentro da escola, que depende do território, mas depende mais do território, do que das relações sociais que existem entre esses adolescentes e jovens nesse locus onde moram. Muitas vezes essa violência, está principalmente relacionada com a violência dura que vem de fora para dentro, porque os estudantes



tiveram alguma desavença fora da escola.

Entretanto, é possível entender que atitudes violentas proporcionam malefícios, a curto e a longo prazo, tanto para o/a autor/a de violências quanto para a pessoa em situação de violência e para as pessoas próximas. Segundo Miriam Abramovay (2006) para melhor compreensão das violências educacionais, deve-se considerar certos conceitos relacionados às violências, entre os termos, a agressividade, conflito, agressão, crime, transgressão à regra e a incivilidade.

A agressividade, característica humana “natural”, está ligada ao sentimento de frustração, trazendo conflitos, mas não necessariamente violências. Os conflitos, caracterizados por situações em que há discordância entre sujeitos, pode possuir consequências positivas - como mudanças de pensamento; equitativamente, podem ser gatilhos para atos violentos, obtendo consequências negativas.

O crime trata-se de um desrespeito à lei, sendo sua resolução uma responsabilidade das autoridades policiais ou da justiça. Já as transgressões à regras ocorrem em instâncias particulares, em que regras definidas dentro desse ambiente são descumpridas, sendo sua resolução interna. Por fim, as incivildades são definidas como atos inconvenientes a um ambiente específico. (Abramovay, 2006).

Microviolências ou incivildades: São aqueles atos que não contradizem nem a lei, nem os regimentos dos estabelecimentos, mas as regras da boa convivência. Violências simbólicas: Operam por imposição de símbolos de poder. Nessa relação, os que não têm poder não conseguem se defender das violações. Violência Dura: São atos enquadrados como crimes ou contravenções penais, ou seja, estão presentes nos códigos penais. (Abramovay, 2012, p. 47).

É interessante, também, conhecer os termos de violência *na, da e contra* a escola (Priotto; Boneti, 2009). A violência “na escola” é justamente a que possui particularidades intrínsecas a esse contexto, envolvendo atores – agressor e vítima – vindos do ambiente escolar; podendo esses atos violentos ocorrerem entre estudante-estudante, estudante-professor/a, estudante-gestão, gestão-professor/a, entre outras pessoas envolvidas nesse ambiente. A violência “da escola” é aquela produzida pela própria instituição como por abuso de hierarquia. Já a violência contra a escola é considerada uma forma de violência contra o patrimônio.



O livro *Escola e Violência*, escrito por Miriam Abramovay e colaboradores, publicado em 2002 pelo Escritório da UNESCO no Brasil, trata sobre violência no cotidiano escolar; percepção dos alunos sobre o que a violência desencadeia tanto nos estudos quanto na interação social escolar; casos em áreas urbanas brasileiras de jovens vulneráveis por pobreza, vulnerabilidade social e violência e; situação de drogas nas escolas.

De acordo com as narrativas das/os estudantes que participaram da pesquisa publicada no livro - *Escola e Violência* –, a reação mais comum mencionada pelos/as estudantes que identificaram violência como grave, a reação principal da vítima foi de se vingar de seu agressor. Já para as/os estudantes que não identificaram violência grave, a reação mais comum da vítima é de buscar uma autoridade (policial ou escolar) para resolver o problema em questão. “As violências nas escolas constituem fenômeno preocupante. De um lado, pelas sequelas que infligem aos atores envolvidos – os que praticam, os que sofrem e os que testemunham.” (Abramovay, 2012, p. 11).

Não é incomum tomar conhecimento de pequenos atos de delitos em ambiente escolar, embora, muitas vezes, as autoridades escolares e policiais não sejam informadas sobre as ocorrências. Assim, a partir do clima de insegurança, muitos estudantes acabam por sentirem-se inseguros no ambiente escolar. (Silva, 2019 , p. 2).

A violência gera consequências em vários âmbitos da vida das/os envolvidas/os, principalmente quando associada a vulnerabilidade social, podendo atingir relações interpessoais, mercado de trabalho, inserção no crime e uso de drogas, entre outras situações. Esse termo – vulnerabilidade social – é utilizado para se referir à uma situação socioeconômica de indivíduos, família ou comunidade com poucos recursos financeiros, de moradia, educação e acesso a oportunidades para seu desenvolvimento como cidadão (Abramovay, 2002).

[...] a violência no âmbito escolar também influencia de forma negativa no desempenho acadêmico e no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como, por exemplo, o autocontrole e autoestima. (SILVA, 2019, p. 3)



Ademais, muitas/os profissionais da educação não se sentem preparadas/os para atuar nos casos de mediação de violências educacionais. (Mareli Graupe *at all*, 2023). Com isso, entende-se como a educação é essencial para o desenvolvimento das/os jovens e como a escola necessita ser mais abrangente nos cuidados contra os diversos tipos de violência, possuindo o intuito de sanar a violência quando ela acontece ao invés de perpetuar esse ato. É necessário entender e discutir sobre a violência, ao invés de negá-la e considerá-la somente como resquício do passado. Assim, torna-se possível conhecer melhor não somente o ambiente escolar, mas também a sociedade, além de contribuir para a compreensão do fenômeno da violência e possíveis formas de prevenção.

3 Procedimentos metodológicos

Diante do exposto, se torna relevante conhecer como o tema “violências escolares” é percebido pelas/os professoras/es que estão diariamente atuando no contexto educacional.

A pesquisa possui como objetivo geral identificar os principais tipos de violências ocorridas nas escolas municipais de Lages. Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos buscaram: conhecer as produções científicas sobre violências educacionais; mapear as legislações e políticas sociais de enfrentamento das violências no estado de Santa Catarina, com destaque no campo educacional; caracterizar os tipos de violências ocorridas no espaço e conhecer as ações de prevenção e enfrentamento das violências desenvolvidas no Brasil, com ênfase no município de Lages.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, sendo organizado em dois momentos com objetivo de realizar uma análise reflexiva sobre o tema em questão. O primeiro momento envolveu a pesquisa em bancos de dados desenvolvida por meio de uma revisão de literatura sobre o tema. Essa revisão, realizada durante os anos de 2020 e 2021, teve o intuito de mapear as/os autoras/es sobre o tema violências escolares e identificar principais conceitos, estratégias e propostas de prevenção. Além disso, foram analisadas legislações nacionais e estaduais para melhor compreensão das normativas sobre a prevenção e o enfrentamento das violências.

Em um segundo momento, o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), durante o primeiro semestre de



2020. Após a aprovação do mesmo, o formulário foi encaminhado para os e-mails institucionais das escolas, das/dos gestoras/es da rede municipal de Lages, Santa Catarina, no período de outubro a novembro de 2021. Durante o encaminhamento dos formulários, solicitou-se que as questões, presentes no instrumento, fossem respondidas principalmente pelas/os professoras/es. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário desenvolvido na plataforma *Google Forms*. Antes de responder as perguntas do formulário, as/os participantes da pesquisa tiveram acesso a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acerca dos riscos e benefícios da pesquisa, com a opção de assiná-lo ou não. No formulário, constavam questões abertas e fechadas em relação ao perfil da/o professor/a, a sua formação acadêmica e acerca da violência escolar.

Entre as perguntas relacionadas ao perfil da/o professor/a, constavam algumas questões acerca de sua faixa etária, gênero, nível de instrução, tempo de atuação, carga horária semanal, turmas em que atuam e outras relacionadas à formação profissional. No segundo constavam perguntas relacionadas à formação acadêmica da/o professor/a e sua atuação. Buscou-se identificar a presença ou não de disciplinas durante a graduação que abordassem a violência educacional, bem como, questões sobre a formação continuada (cursos, palestras ou seminários) com temáticas sobre a violência educacional.

No terceiro bloco de perguntas, questionou-se sobre as violências educacionais no cotidiano escolar, se presenciaram ou não violências e, caso sim, onde, de qual natureza, quais as pessoas envolvidas (professoras/es, estudantes, gestoras/es ou funcionárias/os), quais as ações e os encaminhamentos realizados pela escola e sobre a frequência das violências ocorridas.

Os dados da pesquisa foram interpretados pelo método de *análise de conteúdo qualitativo de Mayring* (2002). Ele conceitua a análise de conteúdo qualitativo como um conjunto de técnicas de análise da comunicação; visando obter, através de procedimentos sistemáticos, uma descrição do conteúdo das mensagens que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Além disso, é considerado um método para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema.



O método *análise de conteúdo* possibilita a sistematização e interpretação dos dados a partir da construção de categorias principais que orientam a compreensão do objeto pesquisado, fundamentadas segundo o referencial teórico. As categorias são obtidas de modelos teóricos, ou seja, uma teoria pré-existente serve de base para a codificação do material empírico e as categorias também podem surgir a partir da análise do material colhido no campo, devendo a análise ser realizada repetidas vezes, tendo como principal objetivo a redução do material.

Os dados foram agrupados em três categorias: a) dados sociodemográficos das/os professoras/es; b) atuação e formação das professoras/es; c) ações das/os professoras/es e coordenação nas situações de violências.

4 Apresentação e discussão dos dados

A pesquisa foi realizada durante o ano de 2021, período em que foram enviados os formulários às escolas da rede pública municipal de Lages, obtendo-se vinte e uma respostas. Como citado na metodologia do trabalho, as perguntas do questionário foram elencadas em três categorias temáticas.

4.1 Dados sociodemográficos das/os professoras/es

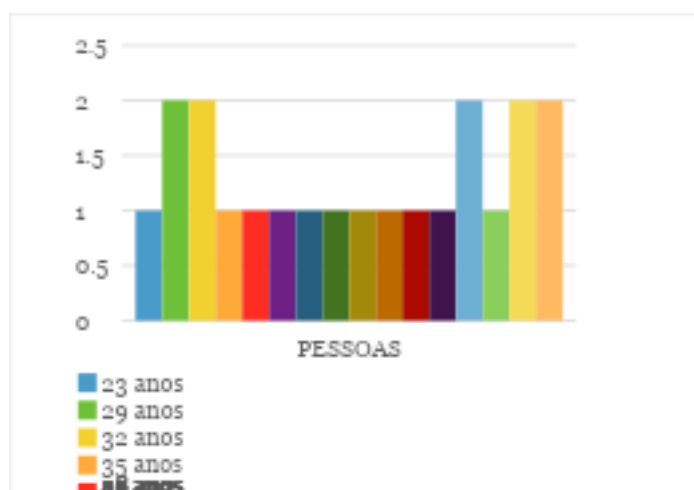
Com este bloco de perguntas, foi possível inferir que a maior parte do corpo docente era composta por mulheres CIS gênero (18), entre (2) homens CIS e (1) homem transgênero. Em relação à orientação sexual, a maior parte se identificou como heterossexual (20), sendo um das/os respondentes, bissexual. Em se tratando de etnia, 20 das/os professoras/es se identificaram como brancas/os e apenas um/a como pardo.

Em relação a idade, a faixa etária concentrou-se entre 23 e 55 anos, como ilustrado no gráfico 1.

Gráfico 1: Idade



Fonte: Produção Própria/2022.



Como pode-se observar no gráfico 1, há professoras/es com diferentes faixas etárias, entre 23 anos a 55 anos, estando a maior parte (13) entre 40 e 55 anos e, em menor quantidade (08), entre 23 e 29 anos. É possível, a partir dos dados, refletir acerca das diferenças entre as perspectivas e práticas adotadas de acordo com cada geração. Ou, seja é importante considerar o período histórico em que as/os professoras/es nasceram, como por exemplo, como as/os professoras/es nascidos nos anos 1960 e com formação acadêmica nos anos 1980 compreendem as violências no contexto escolar¹, especialmente considerando que muitas políticas de prevenção e enfrentamento às violências foram publicadas após anos 2010.

A escola é considerada um ambiente privilegiado para a socialização, principalmente pelo encontro entre pares – as/os estudantes – que são adolescentes e jovens em faixas etárias ideais para interações de amizade e cooperação. Além disso, é importante a análise do relacionamento de professoras/es e demais adultos da escola com as/os estudantes.

A escola é espaço de construção de saberes, de convivência e socialização. Os jovens buscam, no sistema escolar, desenvolver suas habilidades, expandir relações sociais, realizar e construir desejos, impulsos que colaboram na formatação de identidades. A escola é também o lócus de

¹ Este artigo não tem como foco identificar as diferentes concepções das/os professoras/es sobre o que é entendido como violências considerando o aspecto geracional (década de nascimento e o período da formação em nível de graduação).



produção e reprodução de violências nas suas mais variadas formas. (Abramovay, 2006, p. 29).

Segundo Abramovay (2006), as relações interpessoais são capazes de qualificar o clima escolar, tornando a instituição um local para as interações sociais, criação de laços de amizade e para a prática da tolerância, e também para a resolução de conflitos, indiferenças e violências.

4.2 Atuação e formação das professoras/es

Com esse bloco que questões, buscou-se compreender o grau de formação das/os professoras/es, com objetivo de entender os impactos da ausência ou presença de conhecimentos sobre violência escolar nos contextos em que cada respondente está inserido. Dessa forma, uma das perguntas sobre a formação das/os professoras/es relacionou-se às áreas de graduação das/os respondentes. Dentre as 21 respostas, a maior parte possui graduação em pedagogia (14), entre algumas outras graduações apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Graduação dos Docentes e Gestores

Graduação	Número de Pessoas
Pedagogia	14
Ciências Biológicas	2
Língua Estrangeira	2
Educação Física	1
Artes	1
Docência Superior	1
Ciências da Religião	0
Música	0

Fonte: Produção Própria/2022.

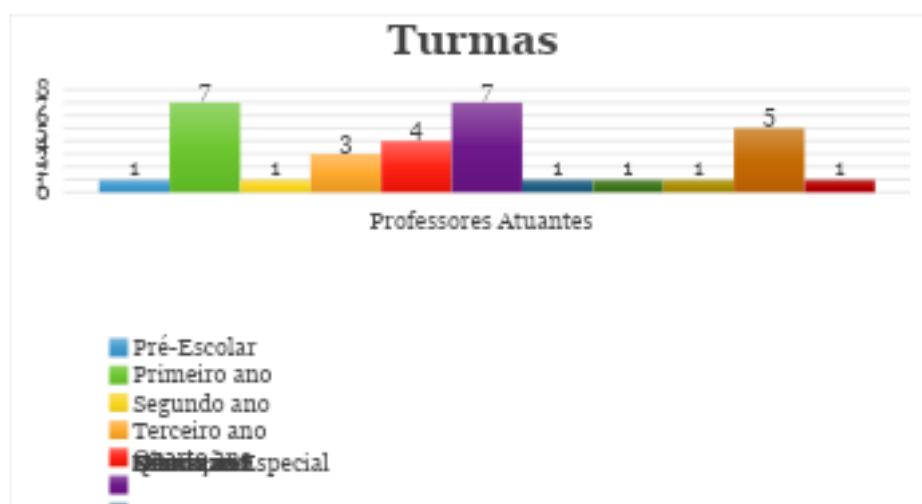
Além disso, buscou-se saber sobre o nível educacional das/os profissionais que responderam, tendo como opções de resposta: graduado/a, especialista, mestre/a e doutor/a. Diante disso, obtiveram-se respostas de 12 (doze) especialistas (pós-graduadas/os),



(6) seis mestras/es, três (3) que possuíam apenas a graduação e nenhum/a doutor/a. Em se tratando do tempo de formação, grande parte (dez) das/os respondentes concluíram a sua primeira formação acadêmica relacionada à docência entre os anos de 2001 e 2010. Outro grupo, composto por sete pessoas, formaram-se antes de 2000, enquanto uma parcela menor, de quatro (4) pessoas se formaram entre 2011 e 2020. Esses dados são importantes no que se refere à mudanças nos padrões de compreensão do conceito de violências e promulgação de leis sobre o enfrentamento de violências escolares.

O gráfico 2 apresenta as respostas acerca das turmas de ensino fundamental nas quais atuam as/os professoras/es que responderam ao questionário. Faz-se necessário ressaltar que alguns das/os professoras/es atuam em mais de uma turma.

Gráfico 2 – Turmas da Educação Básica



Fonte: Produção Própria/2022.

Na análise do gráfico percebe-se que a maioria das/os profissionais atua nas turmas de primeiro (07) e quinto ano (07) do ensino fundamental. Foram obtidas respostas de professoras/es que lecionam em todos os anos escolares desde o pré-escolar até o nono ano do ensino fundamental.

Na mesma categoria de perguntas relacionadas à formação do professor/a ou gestor/a, questionou-se acerca da presença, durante a



graduação (ou pós-graduação), de algum conteúdo sobre violências educacionais. Foram obtidas 12 (doze) respostas “Não”, entre os 21 respondentes. Além disso, ao serem questionadas/os sobre a participação em capacitações, palestras, cursos ou seminários acerca de violências educacionais, dez participaram “Algumas vezes”, cinco “Muitas vezes”, quatro participaram apenas “uma vez” e dois “Nunca participaram”. Por último, perguntou-se sobre a satisfação da/o profissional com sua graduação no sentido de preparo para os desafios em sala de aula em relação às violências educacionais. Assim, dez consideraram “pouco satisfatória”, sete consideraram “satisfatória”, enquanto quatro julgaram-na “insatisfatória”.

A respeito da formação dos profissionais da educação que atuam nas escolas municipais às quais foram enviados os questionários, o grupo participante compreende a insuficiência da formação acadêmica em ensino superior na abordagem do tema violências escolares. Por meio do estudo foi possível destacar a baixa quantidade de professoras/es e/ou gestoras/es capacitadas/os, exceto por conhecimentos empíricos, à elaboração de projetos de prevenção e protocolos enfrentamento das violências em contexto escolar. Muitas/os dessas/es foram vítimas de atos violentos sem, talvez, preparo teórico-metodológico compatível às suas necessidades práticas.

A partir dos dados obtidos sobre a presença de conteúdos relacionados às violências escolares na matriz curricular dos cursos de licenciatura, torna-se imprescindível refletir sobre a responsabilização pela invisibilidade desses conhecimentos teórico-metodológicos na formação inicial dos professores. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de questionar a ausência de disciplinas ou abordagens específicas sobre o tema nas estruturas curriculares, a limitada oferta de programas de formação continuada voltados para essa problemática e, ainda, o possível desinteresse de profissionais da área em aprofundar o tema. Tal desinteresse pode ser observado na falta de busca por soluções e pelo acesso a materiais de apoio disponíveis, que poderiam auxiliar na elaboração de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento das violências no contexto educacional.

4.3 Ações das/os professoras/es e coordenação nas situações de violências

Nessa categoria, buscou-se identificar os tipos de violências e como ocorre a mediação das situações de violência nas escolas municipais de Lages. Além disso, perguntou-se acerca da natureza dos atos, em que



local ocorreram e se houve uso de algum objeto. Também questionou sobre a vivência da/o respondente em relação às violências, a fim de identificar se esta/e foi vítima alguma vez e, sendo ou não a vítima, qual a sua ação e de outras/os integrantes do seu grupo de trabalho ao presenciar atos violentos no contexto escolar.

Em relação à natureza das violências, compreende-se a presença de violências no ambiente escolar, englobando: violência física, psicológica, sexual e negligência. Retomando esses conceitos para definir a violência dentro do contexto escolar pode-se dividir as violências em: *na, da e contra a escola*. Essas configurações de violência podem ocorrer entre pares (alunos contra alunos) ou entre estudantes e professores, funcionários ou gestoras/es. (Stelko-Pereira; Williams, 2010).

A maior parte das/os respondentes (19 entre 21) já presenciou atos violentos entre pares pelo menos uma vez. Para as/os que responderam que sim, perguntou-se acerca dos locais em que ocorreram, obtendo-se como resposta: salas de aula (9), recreio (14), banheiros (3), corredores ou escadas (4), espaços de Educação Física (4), Imediações da escola (9) e refeitório (0).

Sobre a natureza das violências, constavam algumas questões no formulário com o objetivo de identificar os principais tipos de violências escolares, e se essas ocorrem entre pares, professoras/es e entre adultos e estudantes.

Tabela 1 – Natureza das Violências

Natureza das Violências	Entre Estudantes	Professores X Estudantes	Estudantes X Professores	Professores X Professores
Empurrões	18	1	1	-
Ameaças	13	-	4	1
Fazer piadas/Humilhar	10	-	4	2
Bater	12	-	1	-
Chamar nomes ofensivos/palavrões	14	1	9	1
Levantar calúnias/rumores (dizer coisas más de alguém ou da sua família)	8	1	3	3



Excluir do grupo (não querer conviver com alguém)	8	-	-	1
Tirar coisas (objetos pessoais, dinheiro...)	6	-	-	-
Machucar de propósito (beliscarem com força, picarem com objeto....)	8	-	1	-
Estragar objetos pessoais ou vestuário de propósito	4	-	1	-
Encostar contra a vontade da pessoa	4	-	-	-
Fazer intrigas	10	-	4	-
Jogar objetos	5	-	-	-
Agressão Física Grave	1	1	-	-

Fonte: Elaboração própria/2022.

A respeito do uso de objetos durante os atos violentos, entre os 19 profissionais que afirmaram terem presenciado violências no ambiente educacional, apenas três observaram o uso de objetos (armas brancas: facas, canivetes ou tesouras). Nenhum/a observou o uso de arma de fogo.

Em se tratando da violência de professoras/es contra estudantes, 19 dos 21 respondentes, afirmaram que nunca tinham presenciado esse tipo de violência. Entre os que observaram (dois), a natureza das violências se foi identificada como: “empurrões”, “chamar nomes ofensivos/palavrões”, “levantar calúnias/rumores” e “humilhar e ofender”.

No que se refere às violências de estudantes contra suas/seus professoras/es, 12 entre os 21 profissionais responderam ter presenciado ao menos uma vez, esse tipo de violência. Em relação à natureza desses atos violentos, o principal tipo observado foi a violência verbal (“chamar nomes ofensivos/palavrões”), seguido por “ameaças”, “fazer piadas/humilhar” e “fazer intrigas”, de acordo com a Tabela 1.

Em casos de violências de professoras/es contra seus colegas de trabalho, apenas quatro entre os 21 professoras/es já as presenciaram. O principal tipo de violência observado, segundo os dados do questionário,



foi o de “levantar calúnias/rumores”, seguido por “fazer piadas/humilhar” – também violências verbais.

Um dos tipos de violência mais citados na atualidade, e que começou a ser discutido em meados de 1990 no Brasil, é o bullying, definido como uma violência física ou verbal que ocorre de maneira repetitiva e intencional – opressiva, humilhante, agressiva - contra um indivíduo ou um grupo, (Oliveira-Menegotto; Pasini; Levandowski; 2013).

Para Mello *et al.* (2018) bullying é uma expressão de preconceito, intolerância e repulsa à diversidade, sendo observado desde tenra idade – fato que merece atenção. A Lei Federal nº 13.185 define o bullying como Intimidação Sistemática, e foi instituída para seu combate, caracterizando-o como: ataques físicos, insultos pessoais, comentários sistemáticos e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento social consciente e premeditado e pilhérias (piadas), (Brasil, 2015).

Ainda na Categoria 3 de perguntas, questionou-se sobre a experiência da/o próprio respondente como vítima de agressões. Dessa forma, sete entre os 21 já sofreram algum tipo de violência enquanto professoras/es, pelo menos uma vez. Acerca da natureza das violências que sofreram, as vividas por eles foram ilustradas no Quadro 2, sendo as “Ameaças” os principais mecanismos de violência.

Quadro 2 – Profissionais como vítimas de violências

Natureza das Violências	Númer o
Empurrões	1
Ameaças	5
Fazer Piadas/Humilhar	1
Bater	0
Chamar nomes ofensivos/palavrões	3
Levantar calúnias/rumores	3
Excluir do grupo	0
Tirar coisas (objetos pessoais, dinheiro)	0
Machucar de propósito	0
Estragar objetos pessoais ou vestuário de propósito	1
Encostar contra a vontade da pessoa	1
Fazer intrigas	2



Assédio Sexual	1
Assédio moral	2

Fonte: Produção Própria/2022.

Um dos pontos mais importantes dessa pesquisa foi compreender, mesmo que no pequeno grupo pesquisado, quais as ações realizadas pelas/os profissionais durante a observação de atos violentos em sua presença como professoras/es e/ou gestores. A ação das/os profissionais, quando espectadoras/es ou vítimas de atos violentos, pode ser definida como a medida ou conjunto de medidas tomadas pela/o profissional ao presenciar uma violência em seu ambiente de trabalho, com o objetivo de atender às necessidades da vítima e responsabilizar a/o agressor/a. Nesse sentido, busca-se entender se há um protocolo de medidas ou se ocorre individualização de cada situação. Algumas dessas medidas são: seguir a resolução interna (coordenação, direção), chamar as famílias, contato com autoridades policiais ou acionamento do Conselho Tutelar. De acordo com Abramovay (2006), a omissão dos educadores em relação aos atos violentos é, em muitas ocasiões, comum. E, como esclarecido previamente nesse trabalho, o absenteísmo também é uma forma de violência: a violência institucional.

Dessa forma, dentre as/os 19 profissionais que responderam à pesquisa como observadoras/es de atos violentos, apenas treze responderam à questão acerca do encaminhamento realizado. Entre as/os que responderam, a principal ação tomada foi a de recorrer a um superior (direção/coordenação), entre outras ações mostradas no Gráfico 3. Quando a ação foi recorrer a um superior, questionamos acerca da conduta da direção/coordenação diante do conhecimento sobre os casos de violência. O gráfico 3 expressa as principais condutas tomadas pelas/os professoras/es diante dos atos violentos. Nessa seção percebeu-se a busca de integração da escola-família diante das situações de violência, sendo as principais ações de enfrentamento “conversar com os pais” tanto das/os agressoras/es quanto das vítimas.



Gráfico 3 – Ações de enfrentamento das violências



Fonte: Produção Própria/2022.

Referente à frequência de atos violentos nos ambientes escolares em que trabalham as/os profissionais que responderam ao questionário, oito entre os 21 afirmaram que ocorrem uma vez por mês, aproximadamente, enquanto quatro responderam que ocorre uma vez por mês e apenas um assinalou que ocorrem uma vez por semana. Os outros oito afirmaram que as violências nunca acontecem em seus atuais ambientes de trabalho.

No que se refere às ações de prevenção e enfrentamento às violências educacionais, foram confeccionadas duas perguntas principais: se durante a atuação profissional de cada indivíduo, já realizou alguma ação de prevenção às violências e se a escola onde trabalha, realiza medidas de prevenção. Entre os vinte e um participantes, 14 já realizaram alguma ação de prevenção, e 15 responderam que as escolas onde trabalham realizam alguma ação, sendo por meio de “realização de oficinas”, “distribuição de cartilhas”, “apresentação de vídeos educativos” – uma das principais estratégias utilizadas -, “promoção de campanhas educativas/publicitárias sobre o tema”, “distribuição de folders sobre o tema”, “trabalhando-se



diariamente valores e virtudes” e/ou Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência(PROERD).

O conhecimento sobre as políticas públicas para prevenção e enfrentamento de violências escolares é essencial como referência para as ações dos profissionais da educação diante de situações de violência. A Lei 13.185 citada anteriormente é um dos artifícios, tendo instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) para prevenir e combater a prática em toda a sociedade (art. 4º, inciso I). Além disso, quanto a políticas estaduais para prevenção e enfrentamento das violências escolares, tem-se um documento elaborado pela Secretaria de Estado de Educação (SED) do Governo de Santa Catarina que trata sobre a política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola.

Uma parte importante da política estadual é a instituição dos Núcleos de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violência na Escola (NEPRE's)², com o objetivo de incentivar ações em rede intersetorial, a fim de promover uma educação em e para os direitos humanos na educação básica, levando em conta as mazelas educacionais causadas por altos índices de violências escolares. Algumas das atribuições dos NEPRE são: formação e manutenção de uma base de dados quantitativos e qualitativos para diagnóstico de pesquisa e ações, firmar parcerias com instituições governamentais e não governamentais, articular com entidades da saúde, assistência social, habitação e justiça para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência e vítimas agressoras, promover protagonismo infantojuvenil e estimular integração e participação das famílias. (Santa Catarina, 2022).

Outro programa que faz parte do enfrentamento das violências educacionais é o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)³, baseado no *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) criado por Rутty Hellen nos Estados Unidos, em 1983. O PROERD chegou ao Brasil em 1992 através da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e, em 2002 já estava presente em todos os estados brasileiros. Em Santa Catarina, o PROERD foi implementado pela primeira vez em 1998 na cidade de Lages e foi disposto pelo Decreto nº

² Disponível em: <

<https://www.sed.sc.gov.br/programas-e-projetos/6613-politica-de-educacao-prevencao-atencao-e-atendimento-as-violencias-na-escola>> Acesso em: 12/08/2022

³ Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/paginas/proerd>> Acesso em: 12/08/2024.



2.817/2009. Alguns dos objetivos do Programa são: conscientizar as crianças e os adolescentes quanto aos efeitos negativos do uso de drogas lícitas e ilícitas; fortalecer a autoestima das crianças e adolescentes, mostrando opções de vida saudável, longe das drogas e da violência; sensibilizar as crianças e adolescentes para valores morais e éticos, viabilizando a construção de uma sociedade mais justa, sadia, segura e feliz; e prevenir a criminalidade, uma vez que, segundo dados estatísticos, grande parte dos crimes, especialmente os mais graves, com destaque para os homicídios, estão relacionados às drogas, direta ou indiretamente.

Nesse sentido, pode-se pensar acerca da relação entre o tráfico de drogas e as violências escolares. Um dos exemplos dessa relação é dado por Abramovay (2006), ao referir que o tráfico de drogas permeia os muros da escola, além da venda propriamente dita, se infiltra através de marcas de violência quando a escola está dentro de áreas com comandos rivais. Tal questão exemplifica a importância da conscientização das/os jovens por meio do Programa PROERD.

Além do PROERD, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina instituiu o Programa Rede de Segurança Escolar⁴ (2018), que visa desenvolver ações policiais militares em associação à comunidade escolar através da prestação de apoio e consultoria em relação à segurança escolar, prestando atendimento às Unidades de Ensino. Esse programa oferece uma rede de comunicação entre os representantes das escolas (gestoras/es) e a Polícia Militar. O projeto conta com visitas às escolas (Vistorias Preventivas), reuniões, palestras, atendimento de ocorrências, campanhas educativas e policiamento escolar conforme as necessidades de cada Unidade Escolar. Portanto, a presença de policiais militares selecionados para a participação da Rede – a Patrulha Escolar – permite a relação entre a entidade policial, gestoras/es escolares, professoras/es, estudantes e familiares das/os estudantes.

Destarte, a Lei Nº 17.743/2019 Institui a Semana Estadual de Segurança nas Escolas, no âmbito do Estado de Santa Catarina, que deve ocorrer anualmente na primeira semana de outubro, com objetivo de gerar proximidade entre as autoridades policiais e a comunidade escolar. Essa aproximação será realizada a partir da difusão dos programas citados – Rede de Segurança Escolar e Programa Educacional de

⁴ Disponível em: <<https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-de-seguranca-escolar>>
Acesso em: 12/08/2024.



Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). Buscar-se-á, portanto, a orientação de alunos e professores sobre como agir diante de situações de violência no contexto escolar, a fim de fortalecer as medidas preventivas já existentes e incentivar a criação de novos projetos e ações funcionais à realidade das escolas e que cumpram os objetivos de prevenção e enfrentamento das violências nas escolas.

É de fundamental importância a continuidade no desenvolvimento de estratégias interinstitucionais e intersetorial para enfrentamento das violências em contexto educacional, de modo a visar a integração intersetorial (escolas, famílias, CRAS, UBS, Conselho Tutelar e Polícia Militar) como protagonistas das medidas preventivas aos atos violentos. Destarte, será possível atingir importante redução das violências escolares e, por consequência, controle das mazelas causadas por esses fenômenos em um contexto idealmente propício à educação.

Considerações finais

O estudo acerca das vivências de profissionais da educação relativas à violência escolar, aponta algumas reflexões acerca dos padrões dos atos violentos, suas/seus atoras/es e as incidências no ambiente escolar. Percebeu-se, no contexto pesquisado, que a violência física (bater, empurrar, jogar objetos) lidera a lista dos tipos de violências, e ocorre especialmente entre estudantes. Na sequência, constam as violências moral e psicológica (humilhação, piadas, ameaças, palavrões). Foram identificadas algumas ações isoladas de prevenção por meio de palestras, vídeos, distribuição de cartilhas, e a ausência de uma política ou programa de prevenção em âmbito municipal. E as principais ações de enfrentamento realizadas nas escolas, no período da pesquisa, foram: solicitar apoio da gestão, de policiais, conversar com familiares.

As/os estudantes passam mais de 14 anos⁵ no contexto educacional, ou seja, a escola desempenha um papel central na formação humana e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A escola é muito mais do que apenas um espaço de construção de conhecimentos, competências e habilidades. Ela atua como um dos principais contextos de socialização, desenvolvimento de valores,

⁵ Considerando o período obrigatório de acordo com a Lei nº 12.796, de 2013, que instituiu a obrigatoriedade da educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos de idade. (Brasil, 2013).



princípios éticos e de formação cidadã e democrática. Portanto, é fundamental a existência das mais variadas políticas públicas para enfrentamento das violências. Tais legislações e políticas sociais demonstram os empenhos de diversas esferas da sociedade em reduzir as violências escolares, tão perniciosas à formação dos sujeitos que frequentam a escola. Percebe-se, além disso, a necessidade de transformação no cotidiano escolar, buscando a redução das violências, incivildades e desrespeitos.

Faz-se necessário ressaltar que o presente estudo se refere ao contexto pesquisado, não permitindo a generalização dos dados coletados como regra para a confecção de medidas de prevenção e enfrentamento das violências escolares. Contudo, acredita-se que os resultados obtidos contribuem para a perpetuidade das discussões sobre o tema, levando a reflexões acerca da relevância de pesquisas sobre o assunto, com objetivo de elaborar meios de reduzir os altos índices de violências intrínsecas ao ambiente escolar, bem como restringir suas consequências sobre o papel da escola na sociedade.

Em síntese, é importante a construção de um programa municipal de prevenção e de enfrentamento das violências na rede escolar e a elaboração coletiva de um protocolo de encaminhamento dessas situações de violências, não na perspectiva da punição, mas sim na perspectiva da construção de relações reflexivas, justas e equitativas na responsabilização dos atos violentos e na promoção de ações de conscientização sobre a empatia, o respeito às diferenças e os direitos humanos contribuindo significativamente para uma cultura da paz.

Por fim, o enfrentamento da violência nas escolas deve estar alinhado a políticas públicas que garantam recursos e formação continuada para as/os profissionais da rede municipal de educação. Investir em formação continuada, valorização docente e parcerias com instituições especializadas pode potencializar os resultados e criar condições para que a escola se torne um espaço efetivo de promoção da paz e da cidadania. O caminho para uma convivência harmoniosa exige comprometimento coletivo e ações contínuas que fortaleçam os laços de solidariedade e respeito mútuo entre professoras/es, gestoras/es, estudantes e famílias.



Referências

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas Escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary. Cotidiano das escolas: entre violências. UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação. Brasília, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. Cotidiano das Escolas: entre violências. Brasília: Unesco, 2006.

ABRAMOVAY, Miriam, Coord. Conversando sobre violência e convivência nas escolas. / Miriam Abramovay et al. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, OEI, MEC, 2012.

BRASIL. Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o programa de combate à intimidação sistemática (bullying). Diário Oficial da União [Internet]. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm#art8.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, 4 abr. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm >. Acesso em: 2 fev. 2024.

GRAUPE, Mareli Eliane; ZUCCO, Luciana Patrício; TRINDADE, Milena Tarcisa; GROSSI, Miriam Pillar; WELTER, Tânia. Subsídios para reflexão e enfrentamento das violências escolares. Caderno pedagógico para profissionais da educação. 1. ed. Joinville: Rizoma Estúdio, 2023. v. 1. 50p .

MAYRING, Philipp. Introdução à pesquisa social qualitativa: uma orientação ao pensamento qualitativo. Tradução de Hartmut Günther. Weinheim: Beltz. 2002, 5ª edição.



MELLO, Flávia Carvalho Malta, *et al.* Estratégias usadas no relacionamento entre Sistemas de Informações em Saúde para seguimento das mulheres com mamografias suspeitas no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 1-14, 27 ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-549720180015>.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; PASINI, Audri Inês; LEVANDOWSKI, Gabriel. O bullying escolar no Brasil: uma revisão de artigos científicos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, Novo Hamburgo, v. 15, n. 2, p. 203-215, maio 2013. Maio-Ago.

PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, abr. 2009. Jan/Abr. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.

RIFIOTIS, Theophilos. Dilemas éticos no campo da violência: a percepção dos significados da palavra violência revela a ambiguidade característica de um sistema social pouco afeito à democracia. *Comunicação & Educação*, São Paulo, (131: 26 a 32, set./dez. 1998).

RIFIOTIS, Theophilos. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC (19)1-30, 1997.

SANTA CATARINA. Decreto nº 2.817/2009. Dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD. *Diário Oficial do Estado de Santa Catarina*.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências na escola. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. 44 p.

SANTA CATARINA. POLÍCIA MILITAR. REDE DE SEGURANÇA ESCOLAR. Disponível em: <https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-de-seguranca-escolar>. Acesso em: 12 ago. 2022.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca



por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, São Carlos, v. 18, n. 1, p. 45-55, dez. 2010.

SILVA, Alexandre Ramos da. A Manifestação da Violência Escolar na Escola Municipal Luiz Vaz de Camões, João Pessoa - PB. 2019. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. Violências na Escola, sob o Olhar de Miriam Abramovay. **Dialogia**, [S. l.], n. 32, p. 4-9, 2019. DOI: 10.5585/dialogia.N32.14446. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/14446>. Acesso em: 17 jan. 2025.



School violence: Perception of teachers in the municipal school system of Lages

This article aims to understand the main types of school violence and identify actions to prevent and address these types of violence in municipal schools in Lages/SC. School violence refers to acts of physical, verbal, psychological, or moral aggression that occur in the school environment, involving students, teachers, or other members of the school community, compromising the integral development and educational process. The research methodology has a qualitative approach and was developed in two stages. In the first stage, a literature review was carried out during the years 2020 and 2021. Subsequently, a questionnaire was sent to teachers in municipal schools in Lages. The data were interpreted according to Mayring's (2002) qualitative content analysis method. The results indicate that physical violence (hitting, pushing, throwing objects) leads the list of types of violence, and occurs especially among students. Next comes moral and psychological violence (humiliation, jokes, threats, swearing). Some isolated prevention actions were identified (lectures, videos, distribution of booklets) and the absence of a prevention policy or program at the municipal level. The main actions to combat the problem were: requesting support from management and police officers, and talking to family members. In short, it is important to create a municipal program to prevent and combat violence in schools.

KEYWORDS: School violence. Prevention and combat actions. Teachers. School.

Mareli Eliane GRAUPE

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Mestra e Doutora em Educação.
E-mail: prof.mareli@uniplaclages.edu.br*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1376-7836>



Mickhaela Stefenon Martinez

Graduanda em Medicina na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Brasil. ORCID: 0000-0001-8829-1524. E-mail: mickhaela@uniplaclages.edu.br.

Elisa Ribeiro de Almeida

Graduanda em Medicina na Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). Brasil. ORCID: 0000-0001-6423-3899. E-mail: ribeiroelisa@uniplaclages.edu.br

Recebido em: 20/01/2025

Aprovado em: 03/03/2025